

34 AUMENTO DA DESIGUALDADE NA TRIBUTAÇÃO BRASILEIRA**INCREASING INEQUALITY IN BRAZILIAN TAXATION**Elizabeth Rosa de Mello¹ eNícolas Alessandro Fidalgo de Sousa²

Palavras-chave: Progressividade e regressividade tributárias; tributação direta e indireta; capacidade contributiva; desigualdade social e econômica; reforma tributária.

RESUMO

O artigo *Aumento da desigualdade na tributação brasileira* foi elaborado com base no Projeto de Pesquisa de mesmo nome, desenvolvido na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, sob a orientação da Professora Dra. Elizabeth Rosa de Mello. No presente momento, o artigo encontra-se em fase de revisão, objetivando a sua publicação.

A pesquisa consistiu na análise da estrutura da tributação indireta e em sua relação com a persistente desigualdade social no país. Adotou-se como marco teórico o pós-positivismo e a metodologia crítico-dialética para a sua elaboração.

No trabalho em questão, inicialmente, analisou-se a atual estrutura do Sistema Tributário Brasileiro, por meio do estudo de dispositivos constitucionais e da legislação infraconstitucional concernente ao tema. Na sequência, tratou-se da progressividade como princípio e também como um critério tributário, assim como se apresentou exemplos práticos de impostos com alíquotas progressivas.

Em seguida, coube demonstrar a existência de uma relação direta entre a estrutura da atual carga tributária, amparada principalmente na tributação sobre o consumo, e a expressiva desigualdade social e econômica presente em nosso país. Tratou-se do conceito de capacidade contributiva e da classificação dos impostos quanto ao ônus econômico, enquanto a problemática da desigualdade foi constatada pela análise de alguns dados socioeconômicos do Brasil.

¹ Professora Adjunta dos Cursos de Graduação e do Mestrado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-1430-3307>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3520225175774826>. E-mail: elizabeth.mello@ufjf.br.

² Graduando em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora e em Gestão Pública pela Universidade Estácio de Sá. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7201705488645274>. E-mail: nicolasfidalgosousa@gmail.com.

Nesse sentido, realizou-se o estudo comparado da estrutura tributária e dos níveis de desigualdade social e econômica na Argentina, no México, no Paraguai, no Canadá e na Dinamarca, observando-se as vantagens e desvantagens da adoção de um imposto sobre valor agregado (IVA). A escolha dos referidos países se deu por suas características sociais, econômicas, geográficas e históricas diversas ou mesmo próximas das do Brasil, tendo como ponto em comum, entre todos, a adoção do IVA em seus Sistemas Tributários.

Por fim, constatada a relação entre a tributação indireta e o aumento da desigualdade social e econômica no Brasil, apurou-se as propostas sobre a Reforma Tributária, atualmente em tramitação no Senado Federal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm. Acesso em: 14 mar. 2023.

MACHADO, Hugo de Brito. **Manual de Direito Tributário**, 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo**, 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

TORRES, Ricardo Lobo. **Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário – Valores e princípios constitucionais tributários**, 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.